

PROJETO DE LEI N.º 3.365, DE 2024

(Do Sr. Kim Kataguiri)

Esta Lei altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 - Lei dos Crimes Ambientais, para aumentar as penas dos crimes de incêndio em floresta, mato, pasto, lavoura ou em demais formas de vegetação, e dá outras providências.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-4902/2020.

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI N° _____, DE 2024. (DO SR. KIM KATAGUIRI)

Esta Lei altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 – Lei dos Crimes Ambientais, para aumentar as penas dos crimes de incêndio em floresta, mato, pasto, lavoura ou em demais formas de vegetação, e dá outras providências.

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 – Lei dos Crimes Ambientais, para aumentar as penas dos crimes de incêndio em floresta, mato, pasto, lavoura ou em demais formas de vegetação, e dá outras providências.

- **Art. 2º** A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 Lei dos Crimes Ambientais, passa a vigorar com as seguintes alterações:
- "Art. 41. Provocar incêndio em floresta, mato, pasto, lavoura ou em demais formas de vegetação:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa.

Parágrafo único.	Se o crime é culpo	oso, a pena é de d	etenção de 1 (ι	ım) a 3 (três)
anos, e multa.				

- **Art. 53-A.** Nos crimes dolosos previstos nesta Seção, as penas serão aumentadas:
- I de um terço, se resulta dano irreversível à flora ou ao meio ambiente em geral;
- II de um terço, se o crime é cometido com intuito de obter vantagem pecuniária em proveito próprio ou alheio;
- **III** de um terço até a metade, se resulta lesão corporal de natureza grave em outrem:
- IV até o dobro, se resultar a morte de outrem.

Parágrafo único. As penalidades previstas neste artigo somente serão aplicadas se do fato não resultar crime mais grave.





Art.	54
	Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa.
	§ 1º Se o crime é culposo:
	Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.
	" (NR)

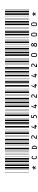
Art. 3°. Fica revogada a alínea "h" do § 1° do art. 250 do Decreto-Lei n° 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das sessões, em

de de 2024.

Deputado KIM KATAGUIRI UNIÃO-SP





JUSTIFICATIVA

Uma onda avassaladora de incêndios em áreas de floresta, mato, pasto e lavoura vem atingindo várias regiões do país com resultados catastróficos para o meio ambiente, a saúde da população e a economia. Nas últimas 48 horas, o Brasil teve quase 4.500 focos de incêndio, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Desde o início de 2024, já foram praticamente 107 mil focos, um aumento de 75% em relação ao ano passado.

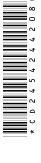
São Paulo vive uma situação particularmente crítica, em relação aos incêndios no país. Mais de 20 mil hectares foram queimados no estado. O prejuízo para o agronegócio foi tanto que o governo estadual lançou um pacote de R\$ 10 milhões para ajudar produtores rurais afetados.

Um aspecto que tem despertado interesse nos diversos focos de incêndio pelo Brasil é a questão da criminalidade. Há fundada suspeita de que muitos desses incêndios possam ter sido causados intencionalmente, aproveitando-se das condições de seca severa. A Polícia Federal informou que, até domingo (25/08), 32 processos foram abertos para investigar possíveis incêndios criminosos no Brasil, sendo que dois desses foram no estado de São Paulo.

A pena atualmente imposta na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 – Lei dos Crimes Ambientais é extremamente branda, o que acaba por servir de estímulo à prática de atos criminosos com a finalidade de provocar incêndios. É exatamente este ponto que almejamos resolver com a aprovação desta proposta.

Nesse sentido, propomos as seguintes alterações:

- Aumento da pena para o crime de provocar incêndio em floresta, mato, pasto, lavoura e demais formas de vegetação para "reclusão, de três a oito anos, e multa";
- Criação de causas de aumento caso o crime ocorra em circunstâncias que o tornem ainda mais gravoso, a exemplo de





- cometê-lo com intuito de obter vantagem pecuniária em proveito próprio ou alheio, entre outras;
- Aumento da pena para o crime de causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora: para "reclusão, de três a oito anos, e multa";
- Revogação da a alínea "h" do § 1º do art. 250 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 Código Penal, eis que não tem mais aplicação diante da aprovação da novel legislação.

Cabe ao Estado agir com rigor em relação aos atos que ameaçam nossas riquezas naturais e nosso patrimônio florestal, pois muitas vezes esses atos causam danos irreparáveis à saúde dos biomas e das pessoas, com inegáveis prejuízos econômicos e sociais às populações afetadas.

Diante desse cenário, a proposta tem como escopo basilar o significativo aumento das penas para aqueles que, de forma intencional ou por negligência, provocam incêndios em florestas, matas, pastos e lavouras buscando reduzir essa prática criminosa vil e que tantos males acarreta.

Ante o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares, de forma a aprovar o presente projeto de lei, punindo de forma adequada e exemplar aqueles que praticam tais crimes, prejudicando de forma imensurável à população, o ecossistema e a economia nacional.

Sala das sessões, em de de 2024.

Deputado KIM KATAGUIRI UNIÃO-SP







CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI N° 9.605, DE 12 DE	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1998-
FEVEREIRO DE 1998	<u>0212;9605</u>
DECRETO-LEI N°	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:194012-
2.848,	<u>07;2848</u>
DE 7 DE DEZEMBRO	
DE	
1940	

FIM DO DOCUMENTO